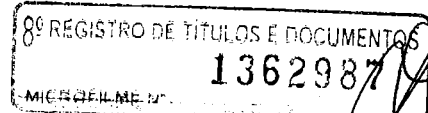




JUCESP PROTOCOLO
0.874.064/14-4



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes:

- (a) **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, n.º 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Bairro de Tamboré, inscrita no Cadastro Nacional da pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 09.296.295/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");
- (b) **AZUL S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, n.º 939, 8º andar, Ed. Jatobá, Bairro de Tamboré, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.305.994/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Fiadora");
- (c) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representado na forma de seu contrato social, na qualidade de representante dos interesses da comunhão dos titulares das debêntures da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora ("Emissão", "Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente, sendo a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário referidos, em conjunto, como "Partes" e, individualmente, como "Parte");

vêm, por meio desta na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Distribuição, da Azul Linhas

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Aéreas Brasileiras S.A." ("Escritura de Emissão"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM n.º 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta Restrita"), bem como a celebração da presente Escritura de Emissão são realizadas de acordo com a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 15 de setembro de 2014 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão e da Oferta Restrita, nos termos do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

2.1. Da Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas nos termos da Instrução CVM n.º 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão também não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA"), por se tratar de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 30 de janeiro de 2014 ("Código ANBIMA"). Não obstante, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA apenas com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no artigo 1º, parágrafo 2º, do Código ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado a forma pela qual esse registro deverá ser feito até o encerramento da Oferta Restrita.

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2014
0986486

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão e a Oferta Restrita será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"); e (ii) DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços ("DCI"), em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados (i) na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações e (ii) nos cartórios de registro de títulos e documentos da Cidade de Barueri, Estado de São Paulo e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em razão da prestação da fiança, nos termos da Cláusula 4.21 abaixo, devendo a esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos acima, serem enviados, em até 10 (dez) dias úteis após os respectivos registros, pela Emissora ao Agente Fiduciário.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 e 15, da Instrução CVM n.º 476 e mediante cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17, da Instrução CVM n.º 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Aprovação da Fiança

2.5.1. A prestação da Fiança (conforme abaixo definido), nos termos do item 4.21.2. abaixo, foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 15 de setembro de 2014, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. **Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única.

3.2. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

3.3. **Valor Total da Emissão:** O valor total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definido, será de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Valor Total da Emissão").

3.4. **Destinação de Recursos:** Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados para o pré-pagamento de dívidas e resgate antecipado de valores mobiliários de Emissão da Companhia ainda em circulação, bem como ao reforço de capital de giro da Emissora, inclusive (i) resgate total das debêntures da 2ª Emissão de debêntures da Emissora; (ii) resgate total das debêntures da 3ª Emissão de debêntures da Emissora; (iii) resgate de 10 (dez) notas promissórias, da 3ª emissão de notas promissórias da Emissora; (iv) o alongamento e reperfilamento das dívidas da Emissora elencadas no Anexo A desta Escritura de Emissão, observado que a liquidação das dívidas e dos valores mobiliários elencados nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) deverá ocorrer na data da liquidação financeira desta Emissão; e (v) o alongamento e reperfilamento das dívidas da Emissora elencadas no Anexo B desta Escritura de Emissão, que deverá ocorrer até 30 de outubro de 2014, sendo que, para efeito de comprovação da aplicação ou destinação dos recursos, será considerado o saldo devedor das operações na data base de 31 de março de 2014.

3.5. **Número da Emissão:** Esta Escritura de Emissão representa a quinta Emissão de Debêntures da Emissora.

3.6. **Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:** O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A, instituição financeira com sede na Avenida Engenheiro Armando

de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7. Objeto Social da Emissora: A Emissora tem como seu objeto social (a) a exploração dos serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, de acordo com as concessões outorgadas pelas autoridades competentes, (b) a exploração de atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais, (c) a prestação de serviços de manutenção e reparos de aeronaves, motores, partes e peças, próprias ou de terceiros, (d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões, (e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves, (f) o desenvolvimento de atividades de agência de viagens e turismo; (g) o desenvolvimento de outras atividades conexas, incidentais, complementares ou relacionadas às atividades anteriores; (h) a exploração de atividades de franquia e licenciamento; (i) o desenvolvimento de atividade de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de cargas e malas postais; e (j) a importação de óleo lubrificante acabado para utilização em aeronaves.

3.8. Aquisição Facultativa

3.8.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM n.º 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização (conforme definido abaixo) desde a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

3.8.2. As Debêntures adquiridas nos termos previstos nesta Cláusula poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas pela Emissora.

3.8.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se, e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, sob o regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária, para a totalidade das Debêntures, por intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta") nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da Quinta Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A." a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. No âmbito da Oferta Restrita, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), observadas as disposições do artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM n.º 476 referente aos fundos de investimentos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109, da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2009, conforme alterada, observado, ainda, o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM n.º 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM n.º 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula Quarta, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 19 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, sem emissão de cautelares ou certificados.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Forma e Preço de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas, em uma única data, no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS

13629887
0906486

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto em 19 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização do Principal

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contados da Data de Emissão, em 5 (cinco) parcelas semestrais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 19 de setembro de 2017, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures").

Parcela	Data de Amortização das Debêntures	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1ª	19 de setembro de 2017	20,0000%
2ª	19 de março de 2018	20,0000%
3ª	19 de setembro de 2018	20,0000%
4ª	19 de março de 2019	20,0000%
5ª	Data de Vencimento	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.8.2. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após cada amortização das Debêntures, conforme previstas na Cláusula 4.8.1 acima.

4.9. Resgate Antecipado Facultativo

4.9.1. As Debêntures não poderão ser resgatadas de maneira facultativa e antecipadamente pela Emissora.

4.10. Remuneração

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base

na variação acumulada de 127,00% (cento e vinte e sete inteiros por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários – DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a data de subscrição e integralização ("Data de Subscrição e Integralização") ou data de pagamento de remuneração imediatamente anterior e pagos ao final de cada período de capitalização ("Remuneração").

4.10.2. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times FatorDI$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

- n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
- P = percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;
- TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;
DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

(a) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

(b) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$
é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

(c) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$
sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.10.3. Nas hipóteses de restrição, impossibilidade de uso, ausência ou suspensão de apuração e/ou de divulgação, ou ainda, de extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas ("AGD" ou "Assembleia Geral de Debenturistas") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula Sétima abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, a adoção para as mesmas finalidades dos novos parâmetro, índices ou taxas que vierem a ser divulgados pelas autoridades competentes ou, na falta desta, os parâmetros, índices, taxas ou bases de remuneração substitutas que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou judicial da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, e

18 SET 2011
REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
0986486

para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, a fórmula estabelecida no item 4.10.2. acima e para a apuração de "TDI_k", será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.10.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.10.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva na AGD entre a Emissora e debenturistas representando, mais do que 91% (noventa e um por cento) do total das Debêntures em Circulação, ou ainda caso a AGD não seja instalada por falta de quórum, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 4.9), com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração respectiva das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última taxa disponível, conforme o caso.

4.10.6. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, inclusive, no caso do Primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, para os demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) subsequente, exclusive.

4.11. Pagamento da Remuneração

4.11.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente sempre no dia 19 dos meses de março e setembro, de cada ano, sem período de carência, a contar da Data de Emissão, sendo primeiro pagamento realizado, em 19 de março de 2015. Para fins desta Escritura de Emissão, "Data de Pagamento da Primeira Parcela da Remuneração" significa a primeira data de pagamento da Remuneração e "Data de Pagamento da Remuneração" significa as

datas de pagamento da Remuneração, inclusive a Data de Pagamento da Primeira Parcela da Remuneração.

4.12. Repactuação

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.13.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário, desde que aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD, quando houver, nos termos desta Escritura de Emissão, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, indicados na Cláusula 2.3.1. acima.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos, a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) provarem-se falsas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora no âmbito da Emissão;
- (b) revelarem-se incorretas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora no âmbito da Emissão, em qualquer aspecto que possa causar efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e das controladas, consideradas em conjunto; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária ("Efeito Adverso Relevante");

- (c) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, por período superior a 2 (dois) Dias Úteis, contado das respectivas datas de vencimento;
- (d) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas na Emissão, não sanadas nos prazos de cura específicos, previstos nos respectivos instrumentos da Emissão, ou caso não haja prazo de cura específico, no prazo de 30 (trinta) dias do referido descumprimento;
- (e) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou da Fiadora, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas sem a devida comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida ou suspensão de seus efeitos por meio de medida judicial ou arbitral;
- (f) inadimplemento, pela Emissora e/ou da Fiadora, de quaisquer decisões arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado, observado os prazos e os termos estabelecidos na referida decisão arbitral ou judicial, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
- (g) ocorrência de qualquer alteração direta ou indireta no controle acionário da Emissora, nos termos do artigo 116 e 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de aprovação prévia de Debenturistas que representem mais do que 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia realizada nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão;
- (h) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, ainda que a condição de garantidora, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas que não seja sanado no prazo legal salvo se (1) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora;

ou, (2) for cancelado, ou, ainda, (3) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;

- (i) uma ou mais decisões arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora e/ou em nome da Fiadora que, em conjunto ou isoladamente, resulte ou possa resultar (excluindo, quando da apuração deste montante, valor eventualmente provisionado de acordo com as regras contábeis previstas para provisionamento de processos judiciais e/ou arbitrais), em obrigação de pagamento para a Emissora e/ou para Fiadora, de valor unitário ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou valor equivalente em moeda estrangeira;
- (j) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, independente do deferimento do respectivo processamento, ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou a Fiadora, pedido de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora;
- (k) autuações pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possam afetar material e significativamente a capacidade legal ou financeira da Emissora e /ou da Fiadora e que, comprovadamente, afete a respectiva capacidade creditícia ou condição de pagamento e ponha em risco a continuidade dos negócios da Emissora e/ou da Fiadora de cumprir suas respectivas obrigações no âmbito da Emissão;
- (l) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias e/ou pela Fiadora, exceto se, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (m) se a Cessão Fiduciária e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária: (1) for objeto de questionamento judicial ou extrajudicial pela Emissora; ou (2) for objeto de

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS

questionamento judicial por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (3) no caso de término, rescisão, nulidade ou invalidade, por qualquer motivo, exceto se nos casos (2) e (3) a Cessão Fiduciária seja substituída pela Emissora mediante aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em assembleia, realizada nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão; e um novo contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, seja celebrado e devidamente registrado nos cartórios competentes no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de realização da referida assembleia geral de Debenturistas;

- (n) não atendimento de reforço das garantias reais adicionais prestadas aos Debenturistas pela Emissora quando solicitado pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária a ser celebrado;
- (o) alienação ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, de ativos permanentes em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), admitidos os casos de alienação de aeronaves, motores, partes e peças aeronáuticas, simuladores, hangares e/ou outros bens feitos no curso ordinário das atividades da Emissora, desde que os recursos oriundos de tais vendas sejam investidos exclusivamente no cumprimento do objeto social da Emissora;
- (p) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (q) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão da concessão de serviços de transporte aéreo que possa impactar significativamente o fluxo de caixa da Emissora e a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão;
- (r) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades das ações do capital social da Emissora e/ou da Fiadora, de maneira que afete a capacidade da Emissora e/ou da Fiadora no cumprimento de suas respectivas obrigações no âmbito da Emissão;

- (s) transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (t) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em partes, pela Emissora e/ou Fiadora de qualquer das respectivas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (u) cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações e/ou qualquer forma de redução ou reorganização do capital social da Emissora, exceto por determinação legal, ou por requerimento de órgãos reguladores e entidades governamentais com as quais a Emissora mantenha relação, desde que, em qualquer dos casos, seja previamente aprovada por Debenturistas reunidos em assembleia, realizada nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão;
- (v) não cumprimento, pela Emissora, da destinação de recursos da Emissão;
- (w) pagamento de dividendos pela Emissora e/ou de juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com quaisquer das obrigações previstas nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (x) caso esta Escritura de Emissão seja revogada, rescindida, torne-se nula ou deixe de estar em pleno efeito ou vigor, em virtude de decisão judicial, sentença ou acórdão transitado em julgado (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável);
- (y) não manutenção, pela Fiadora, dos seguintes índices financeiros ("Índices Financeiros") apurados anualmente, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. As apurações serão feitas com base nas informações financeiras consolidadas da Fiadora relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de cada exercício, conforme a seguir:

(i) **Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Ajustado (ICSD):** igual ou superior a 1,0x (uma vez), a partir de 31 de dezembro de 2014. Observado que no caso de realização de oferta pública inicial ("IPO") da Fiadora o referido índice deverá ser igual ou superior a 1,2x, sendo o referido índice obtido por (A)/(B),

Sendo:

(A) *Geração de Caixa*
(+) EBITDAR
(+) Disponibilidades

(B) *Serviço da Dívida Ajustada*
(+) Amortização de Principal (com exceção de capital de giro)
(+) Pagamento de Juros
(+) Despesas Arrendamento Leasing Operacional
(+/-) Variação de capital de giro

Para os fins do disposto acima entende-se por:

- EBITDAR – EBITDA apurado conforme regras usuais de mercado, acrescido dos custos com leasing operacionais e financeiros de aeronaves, no exercício social imediatamente anterior ao cálculo;
- Disponibilidades – Saldos das contas Caixa (exceto "Caixa Restrito"), Bancos e Aplicações Financeiras (exceto "Aplicações Financeiras Vinculadas") registrados em 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao cálculo;
- Variação de capital de giro: variação das dívidas relacionadas ao capital de giro registradas em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do cálculo menos dívidas relacionadas ao capital de giro em 31 de dezembro do ano anterior a esse.

(ii) **Alavancagem:** igual ou menor a 6,0x (seis vezes), a partir de 31 de dezembro de 2014, sendo o referido índice obtido por Dívida Líquida Ajustada / EBITDAR. Observado que no caso de realização do IPO da Fiadora o referido índice deverá ser igual ou menor a 5,5x.

Para os fins do disposto acima entende-se por:

- Dívida Líquida – Dívida Total contabilizada em 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao cálculo menos "Disponibilidades", conforme definido acima;
- Dívida Líquida Ajustada – Dívida Líquida acrescida de despesas de leasing operacionais pagas no exercício imediatamente anterior ao cálculo, multiplicado por 7 (sete).

4.14.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário, para que este tome as providências devidas.

4.14.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (c), (e), (f) (i), (j), (m), (q), (s), (u), (v), e (x) acima, desde que observados os prazos de curas estipulados em cada item especificamente, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independentemente da convocação de AGD ou notificação à Emissora.

4.14.4. Na ocorrência dos eventos descritos nos incisos (a), (b), (d), (g), (h), (k), (l), (o), (p), (r), (t), (w) e (y), acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se os Debenturistas reunidos em assembleia representando mais de 91% (noventa e um por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

4.14.5. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da

Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão a, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

4.15. Multa e Juros Moratórios

4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures que será devida até a data do efetivo pagamento das Debêntures nos termos do item 4.10. acima, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em eventual comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.17. Local de Pagamento

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos

realizados pelo Banco Liquidante das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.18. Prorrogação dos Prazos

4.18.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação que deva ser realizado por meio da CETIP, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.19. Publicidade

4.19.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no (i) no DOESP; e (ii) no DCI. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.20. Imunidade de Debenturistas

4.20.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.21. Garantias

4.21.1. Garantia Real

4.21.1.1. Em garantia ao integral e pontual cumprimento das obrigações da Emissora, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), será

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2011
09866486
BARRER-SP

constituída, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Emissora ("Garantia Real"), provenientes de ordens de pagamentos *performadas* com cartões de crédito Visa ("Direitos Creditórios"), que deverão representar, até a liquidação integral do Valor Total da Emissão, no mínimo, 1/3 (um terço) do Valor Total da Emissão, ou na medida em que este for sendo amortizado, 1/3 (um terço) do saldo devedor das Debêntures ("Valor Mínimo" e "Créditos Cedidos Fiduciariamente", respectivamente). A Garantia Real será formalizada por meio da celebração do "Contrato de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios, sob Condição Suspensiva, e Outras Avenças", entre a Emissora, o Agente Fiduciário e Banco do Brasil S.A. ("Contrato de Cessão Fiduciária"), e constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos dos domicílios das partes signatárias do referido contrato.

4.21.1.2. Após a observância da Condição Suspensiva, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, as Debêntures serão da espécie quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, observado os termos da Cláusula 4.21.2 abaixo.

4.21.1.3. Conforme termos do Contrato de Cessão Fiduciária, o montante dos Direitos Creditórios que excederem o Valor Mínimo acima mencionado ~~esta~~, desonerado da Cessão Fiduciária e poderá ser utilizado e/ou onerado livremente pela Emissora. No caso de ocorrer uma hipótese de vencimento antecipado nos termos desta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, a totalidade dos Direitos Creditórios que, na data do referido vencimento antecipado e a partir da data do vencimento antecipado, estejam livres e desembaraçados de quaisquer outros ônus ou gravames, (i) passarão, automaticamente, até o montante das Obrigações Garantidas, a compor o montante de Direitos Creditórios sujeitos à Cessão Fiduciária; e (ii) serão integralmente destinados para liquidar a totalidade das Obrigações Garantidas.

4.21.2. Garantia Fidejussória

4.21.2.1. Em adição à Garantia Real acima prevista, para assegurar o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures e assumidas nesta Escritura de Emissão, a Fiadora, neste ato, por este ato e na melhor forma de direito, se obriga, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora,

principal pagadora e solidariamente (com a Emissora) responsável pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Saldo do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, encargos moratórios e multas, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, ou que venham a ser assumidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão bem como indenizações, custos ou despesas de acordo com os padrões e preços praticados pelo mercado, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, nos termos desta Escritura ("Obrigações Garantidas" e "Fiança", respectivamente, e, quando em conjunto com Garantia Real, "Garantias").

4.21.2.2. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificado o inadimplemento de quaisquer das Obrigações Garantidas. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

4.21.2.3. Não há preferência quanto à execução da Fiança ou da Garantia Real. A Fiança a Garantia Real são garantias diversas, independentes e autônomas e respondem pelas Obrigações Garantidas.

4.21.2.4. A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas.

4.21.2.5. A Fiadora, desde já, concorda e se obriga a, somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão, exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão.

4.21.2.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.21.2.7. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, observado, entretanto, que a Fiadora desde já concorda e obriga-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.21.2.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos legais nos termos do Código Civil e Código de Processo Civil, para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

4.21.2.9. A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, das Obrigações Garantidas, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita.

4.21.2.10. O valor correspondente às Obrigações Garantidas será pago pela Fiadora em até 5 (cinco) Dias Úteis após notificação por escrito formulada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas à Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão. Tal notificação deverá ser imediatamente encaminhada pelo Agente Fiduciário após, respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, a ocorrência da falta de

pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e na legislação e regulamentação aplicáveis, a Emissora e a Fiadora, conforme o caso, obrigam-se a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses contados do término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia das suas respectivas demonstrações financeiras publicadas e completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) relatório contendo a memória de cálculo dos Índices Financeiros, e a indicação das contas abertas de todas as rubricas necessárias para a verificação de tal cálculo, podendo este solicitar esclarecimentos adicionais à Emissora; e (3) declaração assinada pelos diretor(es) representante legal da Emissora e/ou pela Fiadora, com poderes para tanto, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora e/ou da Fiadora perante os Debenturistas; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora;
 - b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária; e/ou (ii) de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
 - c) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora e/ou pela Fiadora, relacionada (i) a qualquer

inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária; e/ou (ii) a um Evento de Vencimento Antecipado;

- d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
 - e) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Efeito Adverso Relevante;
 - f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia e acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos e observados os prazos estabelecidos na Cláusula 3.4 acima;
- II. contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, os prestadores de serviço inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (a) banco liquidante e escriturador mandatário, (b) agente fiduciário, e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (i.e., CETIP 21);
- III. apresentar ao público, nos termos da Instrução CVM n.º 476, fatos relevantes;
- IV. comunicar aos titulares de Debêntures, ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam materialmente afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares das Debêntures;
- V. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400");

- VI. abster-se de negociar debêntures de sua emissão até o envio da Comunicação de Encerramento, salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400;
- VII. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- VIII. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- IX. comunicar ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura de Emissão, inclusive com relação às suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, imediatamente após o referido descumprimento;
- X. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- XI. exclusivamente com relação à Emissora, sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476, abaixo transcritas:
- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução da CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, comunicando imediatamente ao intermediário líder da oferta; e
- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- XII. enviar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, as informações necessárias para que o Agente Fiduciário possa realizar o acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, nos termos da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28");
- XIII. cumprir, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive ambientais, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIV. manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

- XV. obter e manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, incluindo as societárias, governamentais e de terceiros, exigidas (a) celebração, validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão, da Fiança e do Contrato de Cessão Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações garantidas;
- XVI. não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com o Contrato de Cessão Fiduciária, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- XVII. manter seguros conforme as práticas adotadas pela Emissora na data de celebração desta Escritura de Emissão e/ou aquelas adotadas pelo mercado;
- XVIII. convocar, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável; e
- XIX. tomar todas as medidas que se fizerem necessárias ao registro e formalização desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo seus aditamentos, correndo por conta da Emissora todas as despesas atuais e futuras, inclusive de natureza fiscal, que decorram dos registros.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunidade dos titulares de Debêntures.
- 6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:
- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, Instrução CVM n.º 28, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) nos termos da Instrução CVM 28, na Data de Emissão, atua como Agente Fiduciário em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, conforme indicadas a seguir:

Emissão

Segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

Emissora:

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2011 0986486

Valor da emissão: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)

Quantidade de debêntures emitidas: 100 (cem) debêntures

Espécie: Quirografária

Prazo de vencimento: As debêntures vencerão em 25 de setembro de 2015

Garantias: Cessão fiduciária de direitos creditórios

Eventos de resgate: As debêntures não serão objeto de resgate antecipado

Amortização: As debêntures serão amortizadas em 30 (trinta) parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela amortizada em 25 de abril de 2013

Conversão: As debêntures não são conversíveis

Repactuação: As debêntures não serão objeto de repactuação programada

Inadimplemento: A Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. encontra-se adimplente com suas obrigações, nos termos do instrumento da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação

Emissão Terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

Emissora: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2011 09:56:48
CARBONIL S.P.

Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)

Quantidade de debêntures emitidas: 30.000 (trinta mil) debêntures

Espécie: Quirografia

Prazo de vencimento: As debêntures vencerão em 27 de janeiro de 2016

Garantias: Cessão fiduciária de direitos creditórios

Eventos de resgate: A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos na respectiva escritura de emissão, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures.

Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas semestrais, cada uma correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da unitário de cada Debênture na data de Emissão.

Conversão: As debêntures não são conversíveis

Repactuação: As debêntures não serão objeto de repactuação programada

Inadimplemento: A Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. encontra-se adimplente com suas obrigações, nos termos do instrumento da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação

- (j) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2015 09:56:48
BRUER-S

debêntures indicadas na presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta Restrita; e

- (k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) Parcelas anuais de R\$9.000,00 (nove mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 3 (três) dias úteis após a assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas;
- (b) O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada "pro rata temporis";
- (d) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário,

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2000
0936486

uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos Debenturistas, (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas, (iii) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (iv) a execução da Garantia ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;

- (e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;
- (f) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- (g) A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e ou fiscalização entre outros;
- (h) Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo

o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

- (i) O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito em conta bancária a ser informada por este com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência à data do pagamento;
- (j) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas; e
- (k) No caso de inadimplemento superior a 30 (trinta) dias pela Emissora em relação ao pagamento da remuneração e das despesas reembolsáveis ao Agente Fiduciário, esses valores deverão ser adiantados pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidos pela Emissora.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer às AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68 parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 1986
0936486

- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e
- (ix) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver.
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (I) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na CETIP;
- (iv) na CVM; e

- (v) na sede do BB – Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder").
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, cumprindo todas as formalidades necessárias relacionadas às Debêntures resgatadas; e
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (s) acompanhar, junto à Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.14. acima por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão.

6.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.9.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.9.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.9.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.9.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.13.1.

6.9.6. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

6.9.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18/01/2014
0986986

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem no mínimo 81% (oitenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) na data de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (ii) na Data de Vencimento; (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iv) nas hipóteses de vencimento antecipado; (v) na Remuneração das Debêntures; (vi) nas regras relacionadas ao Resgate Antecipado; ou (vii) na espécie das Debêntures, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem no mínimo 91% (noventa e um por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, exceto quando expressamente disposto em contrário na presente Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo 81% (oitenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima e esta Escritura de Emissão, serão consideradas, com Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora adquirir e cancelar, e aquelas eventualmente detidas (i) pela Emissora; (ii) por qualquer controladora, qualquer controlada e/ou qualquer coligada da Emissora; ou (iii) por qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores ("Debêntures em Circulação").

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA

8.1. A Emissora, neste ato, declara que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) descumprimento de qualquer desses contratos ou instrumentos; (iii) descumprimento de qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (f) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (i) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) tem e são válidas, todas as autorizações, alvarás e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, exceto por aquelas cuja falta não possam causar Efeito Adverso Relevante;

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
1362987
09866786
B-11-1-SP

- (l) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP;
- (m) na presente data, as informações prestadas e fornecidas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;
- (n) não omitiu nenhum ato ou fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica sua em prejuízo dos Debenturistas;
- (o) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurarem a manutenção das condições fundamentais das operações aéreas e de funcionamento da Emissora;
- (p) no melhor conhecimento, está em situação regular perante toda a legislação trabalhista, tributária e ambiental, ressalvados e excetuados todos os casos que a Companhia esteja discutindo ou venha a discutir de boa fé, administrativamente e/ou judicialmente assuntos de natureza trabalhista, tributária e ambiental;
- (q) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa causar e/ou vir a causar um Efeito Material Adverso, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora;
- (r) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão.

8.2. A Fiadora, neste ato, declara e garante que:

- (i) a celebração desta Escritura de Emissão, a prestação da Garantia Fidejussória e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato, instrumento de garantia ou qualquer instrumento do qual a

Fiadora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre quaisquer bens da Fiadora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (ii) as obrigações assumidas na Garantia Fidejussória constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, sendo certo que obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à prestação da Garantia Fidejussória e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Fiadora, que possa vir a afetar de forma material e adversa a capacidade da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (iv) na data de assinatura desta Escritura de Emissão não possui quaisquer débitos em relação a quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais, de qualquer natureza, que afete materialmente a capacidade da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária. Caso receba quaisquer notificações e/ou autuações relacionadas a possíveis débitos em relação a quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais, de qualquer natureza e que causem efeito material adverso, notificará o Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis do recebimento de referida notificação/autuação; e
- (v) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.3. A Emissora e a Fiadora obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários

advocáticos) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Oitava.

8.4. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora e a Fiadora obrigam-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, n.º 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Bairro de
Tamboré
Barueri, SP
Sr. Raffael Guaritá Quintas Alves
Diretor de Finanças
Tel: (11) 4134-9968
Fac-símile: (11) 4134-9890
E-mail: raffael.quintas@voeazul.com.br

Para a Fiadora:

Azul S.A.

Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, n.º 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Bairro de
Tamboré
Barueri, SP
Sr. Raffael Guaritá Quintas Alves
Diretor de Finanças
Tel: (11) 4134-9968
Fac-símile: (11) 4134-9890
E-mail: raffael.quintas@voeazul.com.br

BARUERI - SP

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2014 0986486

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, Itaim Bibi
CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fac-símile: (11) 3078-7264

E-mail: vrodriques@planner.com.br; fiduciário@planner.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar
São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia Aparecida Germano Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar
CEP 01452-001 São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2014 0986486

BARUERI - SP

parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência, nos termos desta Cláusula Nona.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. O cumprimento, pelas Partes, das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, na forma regulamentar vigente, está condicionado à celebração, pela Emissora e demais partes, do Contrato de Distribuição.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as

obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.6. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ou fundadas nesta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 12 de setembro de 2014

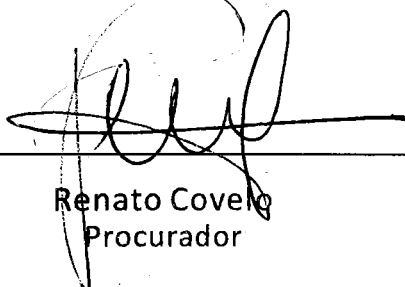
[o restante da página foi intencionalmente deixado em branco]

BARUERI - SP

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
16 SET 2014 0986486

Página 1 (um) de 3 (três), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.



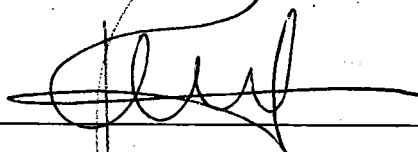
Nome:
Cargo:

Renato Coveiro
Procurador

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 1986 0986486
BARUERI - SP

Página 2 (dois) de 3 (três), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

AZUL S.A.



Nome:

Cargo:

Renato Covelo
Procurador


BARUERI - SP

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2014 0986486

Página 3 (três) de 3 (três), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome: 
Cargo: **Tatiana Lima**
Procuradora

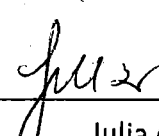
Nome: 
Cargo: **Zélia Souza**
Procuradora

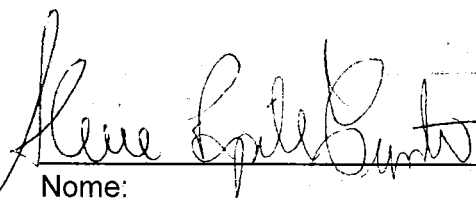
BARUERI - SP

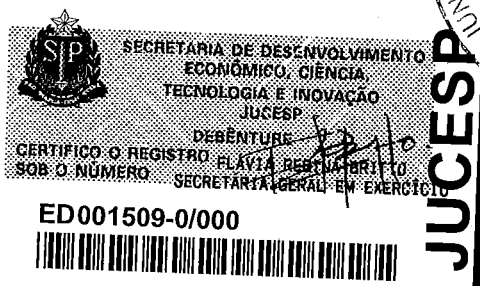
18 SET 2014 09866486

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS

TESTEMUNHAS:

Nome: 
RG: **Julia Almeida Shimizu**
CPF/MF: **RG: 34.994.802-1 - SSP/SP**
CPF: 338.165.988-03

Nome: 
RG: **Allne Cunto**
CPF/MF: **RG: 33.532.253-0 - SSP/SP**





Emol. R\$ 8.140,24
Estado R\$ 2.313,55
Ipesp R\$ 1.713,73
R. Civil R\$ 428,44
T. Justiça R\$ 428,44

Total R\$ 13.024,40

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.311.893/0001-20
Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial
Protocolado e prenotado sob o n. **1.362.987** em
18/09/2014 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. **1.362.987**, em títulos e documentos.
São Paulo, 18 de setembro de 2014

Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial
Cristiano Assunção Duarte - Escrevente Substituto

**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
COMARCA DE BARUERI - SP**

Al. Araguaia, 190 Alphaville Barueri CEP: 06465-900/Rubx (0XX 11) 4155-8274

Protocolado sob nº 941.632 em 18/09/2014 e registrado em
microfilme sob o nº 986.486 em 18/09/2014.

OFICIAL

Carlos Frederico Coelho Nogueira

SUBSTITUTO DO OFICIAL

José Ricardo M. Braz

ESCREVENTES AUTORIZADOS

Sérgio Ricardo Betti

Robson de Castro

OFICIAL(R\$)	ESTADO(R\$)	IPESP(R\$)	SINOREG(R\$)	JUSTIÇA(R\$)	DILIG.(R\$)	TOTAL(R\$)
8.140,24	2.313,55	1.713,73	428,44	428,44	0,00	13.024,40

BARUERI - SP

18 SET 2014 0986486

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS

ANEXO A

Dívidas da Emissora que serão liquidadas na data da liquidação financeira da Emissão

Bancos	Numero de contratos
Banco do Brasil	2013-166
Banco do Brasil	2013-151
Banco do Brasil	2014-51
Banco do Brasil	343101609
Banco do Brasil	265900930
Banco do Brasil	265900813
Banco do Brasil	265900862-a
Banco do Brasil	265900862-b
Banco do Brasil	265900862-c
Banco do Brasil	265900862-d
Banco do Brasil	265900862-e
Banco do Brasil	265900862-f
Banco do Brasil	265900862-g
Banco do Brasil	265900862-h
Banco do Brasil	265900862-i
Banco do Brasil	265900862-j
Banco do Brasil	265900862-k
Banco do Brasil	265900862-l
Banco do Brasil	265900862-m
Bradesco	2ª Emissão
Bradesco	Debêntures
Bradesco	IF2011/615-1
Bradesco	IF2011/615-2
Bradesco	IF2011/820-1
Bradesco	IF2011/820-2
Bradesco	IF2011/1088-1
Bradesco	IF2011/1088-2
Itaú	100112030016800
Itaú	100113030015800
Bradesco	5251614
Bradesco	5184320

BARUERI - SP

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2011 0986486

ANEXO B

Dívidas da Emissora que serão liquidadas até 30 de outubro de 2014

Bancos	Numero de contratos
Banestes	13-161776
Banestes	12-011312
Credit Suisse	4a Emissão Debêntures
Rendimento	F1412
Pine Bank	5000213-00
Panamericano	74528
BDMG	151547

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
18 SET 2014 0986486
BARUERI - SP